ENTREVISTA

Antonio Carlos Pinheiro



Entrevistado em 16 de outubro de 2015
por Rafael Straforini

O professor Antonio Carlos Pinheiro nos concedeu uma entrevista por *Skype* desde sua residência, em João Pessoa (PB). Numa conversa descontraída, ele lembrou sua trajetória profissional e rememorou sua atuação na AGB-Campinas, da qual foi fundador e primeiro diretor, e onde participou ativamente até o início da década de 2000. Falou também sobre a atualidade das pesquisas de ensino de Geografia no Brasil.

Rafael Straforini: Boa tarde, professor Antonio Carlos Pinheiro!

Antonio Carlos Pinheiro: Boa tarde!

RS: Em nome da AGB-Campinas, gostaria de agradecê-lo a conceder essa entrevista para o Boletim Campineiro de Geografia, que é um periódico online da Associação. Trata-se de periódico quadrimestral, que vem se consolidando no cenário nacional com publicações nas diversas áreas da geografia, traduções e entrevistas com geógrafos renomados, porém, quando se trata de temas relacionados ao ensino de geografia, os editores têm percebido que há uma lacuna nessa área. Como temos realizado nos últimos anos os Encontros Regionais de Ensino de Geografia (2013 e 2014), a Comissão Editorial me procurou para que pudéssemos fazer um número especial do BCG com os trabalhos selecionados entre daqueles que foram apresentados e publicados nos anais dos eventos. Considerando que você participou da terceira edição dos Encontros, e também sua longa e importante militância na AGB-Campinas, sobretudo no que diz respeito às questões ligadas ao ensino, foi que sugeri a realização de uma entrevista com você para que abrir esse número especial, a qual foi imediatamente acatada pelos editores da Revista. Então, novamente eu gostaria de agradecê-lo pelo aceite e vamos iniciar a entrevista!

ACP: Obrigado!

RS: Fizemos algumas questões que dizem respeito à sua trajetória na geografia, à AGB-Campinas, à sua identidade docente, às suas pesquisas, às pesquisas na área de ensino de geografia, e também ao campo das políticas educacionais. Então, para começarmos, você agora está trabalhando no Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, no entanto, você tem uma longa trajetória na docência, atuando em diferentes níveis de formação, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Também atuou em alguns movimentos sociais, entre eles a AGB-Campinas. Fale-nos um pouco sobre como você chegou até a Geografia. Qual foi esse movimento inicial que te levou para a Geografia?

ACP: A minha chegada à Geografia não foi nada planejada. Eu morava em Bragança Paulista, onde nasci, e quando completei dezessete anos resolvi fazer um curso de ensino superior. Naquela época, em Bragança, havia apenas duas faculdades, sendo que uma delas, a Faculdade de Ciências e Letras, era mais acessível e também a que ofereceria cursos que mais me atraíam. Quando entrei na faculdade, em 1981, ela oferecia cursos de licenciatura nos moldes das licenciaturas curtas e plenas, dentre as quais o de Estudos Sociais, curso do qual fui aluno. Ao concluir a licenciatura curta no meio do ano de 1983, comecei a ter consciência de

que aquele curso me oferecia poucas possibilidades profissionais, no entanto, já estava habilitado para atuar como professor... Na época, para exercer a docência, os professores precisavam ter um registro do MEC, que era retirado em São Paulo, na Alameda Nothmann, onde se localiza a Delegacia Regional do MEC. Fui até lá com todos os documentos necessários e obtive o registro de professor de Educação Moral e Cívica e de História para o primeiro grau, que eram os termos que se usavam na época. Já com a carteirinha em mãos, no final de 1983, me mudei para Campinas, transferido pelo banco em que trabalhava em Bragança Paulista, onde continuei trabalhando ao longo de todo o ano de 1984. Ainda neste ano pensei: "bom, vou voltar à universidade e tentar fazer um novo curso que me dê alguma identidade profissional!". Tentei na Unicamp por meio daquelas vagas ociosas que, para serem preenchidas, os candidatos não precisam prestar o vestibular, mas passam por outros meios de seleção. Lembro-me que tentei Ciências Sociais, por motivos óbvios! Mas na época não havia cursos noturnos na Unicamp, e como trabalhava o dia todo no banco, não teria condições de me matricular nesse curso, pois era um curso de tempo integral. Então, em 1985 procurei a PUC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – e ainda continuava com o interesse em cursar Ciências Sociais. Mas quando eu cheguei à secretaria de graduação da PUC, a secretária me disse que tanto Ciências Sociais como História eram cursos muito disputados e que havia vagas somente no curso de Geografia, e que se fosse de meu interesse poderia imediatamente me matricular. E foi assim que optei por Geografia! Cheguei à Geografia pela facilidade de acesso! É o que tinha naquela hora para mim! Imediatamente comecei a me envolver com centro acadêmico e vivia muito no movimento estudantil. Em 1985, resolvi deixar o banco para ser professor e, naquela época, eu só podia dar aula de Educação Moral e Cívica, em virtude da minha formação daquele curso realizado em Bragança Paulista. A primeira escola que eu trabalhei foi a Escola Estadual Newton da Silva Telles, localizada na vila Costa e Silva, em Campinas. Eu também consegui aulas na Escola Estadual chamada de Professora Hercy Moraes, que estava localizada no Parque Tropical, no lado oposto da primeira escola. E lá, dando aulas de Educação Moral e Cívica, a diretora me convidou para também dar aulas de Geografia, porque já estava estudando na PUC para ser professor desta disciplina. Eu aceitei e comecei a dar aula de Geografia. Então, a minha entrada na Geografia foi dessa forma. Não teve nenhum *glamour* (risos).

RS: E você pensa que essas contingencialidades que te levaram à Geografia, de alguma forma, tiveram uma relação na sua identidade como docente de Geografia?

ACP: Olha, vou ser honesto: Eu nunca tinha pensado em ser professor e muito menos de Geografia! Então, foi realmente um acaso. Foi o que tinha naquela hora! Na PUC, no momento em que entrei, em 1985, o que mais me motivava e me atraía era o movimento estudantil, pois a gente vivia os reflexos do Movimento das Diretas Já e do fim da Ditadura Militar, ou seja, a gente vivia em uma época em que havia uma efervescência de movimentos sociais e políticos. Eu não só me envolvi com o Centro Acadêmico, mas também com a APEOESP[1], pois, logo que comecei a dar aulas me aproximei do movimento sindical dos professores, mas nunca fui diretor da APEOESP. Nada disso! Eu era um militante da APEOESP. Era isso o que me atraía: essa movimentação toda! E foi vivenciando isso tudo que comecei a me interessar pela profissão de professor, gradativamente. Eu fui entrando na profissão docente na medida em que passei a perceber que seria um canal para poder ter uma inserção política na sociedade. Naquele momento, a gente tinha toda uma articulação dos sindicatos dos professores com os dos bancários, dos metalúrgicos... Enfim, uma série de movimentos que estavam em efervescência, em articulação e em crescimento. Então, não me importei muito e não pensava muito no que estava estudando exatamente. Eu poderia ter saído, ter mudado de curso, porém era a possibilidade de participar de todas essas coisas, e eram todas essas coisas externas ao curso de Geografia que me fizeram ficar na Geografia. Eu já podia dar aula, podia participar de movimentos sociais, tinha uma série de coisas que me atraíam.

RS: Pensando na questão desses movimentos e das externalidades à própria Geografia, mas que te fizeram permanecer nela, percebo que esse é um dado interessante, pois se tratam de externalidades que colocaram em diálogo a própria Geografia enquanto ciência e com a formação de professor e que te marcaram muito na constituição da sua identidade docente. Então, nos fale um pouco mais como eram na segunda metade dos anos 80 e início dos nos anos 90 os movimentos sociais ligados à educação em Campinas? Qual era a pauta que os movimentos sociais pleiteavam?

ACP: Bom, vamos por partes. Primeiro, quando comecei a dar aula, em 1985, inicialmente de Educação Moral e Cívica e depois de Geografia, o ensino na escola básica era extremante tradicional. Os professores que encontrei na escola faziam aquela Geografia tradicional – que ainda se faz até hoje em algumas escolas – isto é, era apenas descritiva e sem nenhuma relação com a realidade etc. E na universidade não era tão diferente assim, pois, embora fosse um curso de licenciatura, havia pouca preocupação com a realidade. Não me refiro aqui ao

1 Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

coletivo dos professores da PUC, estou falando daqueles que convivi enquanto fui estudante. Com exceção de alguns, meus professores tinham pouca inserção nesses movimentos sociais que relatei. O que ocorreu comigo foi que, em 1985, trabalhando na escola Hercy Moraes, logo que cheguei na sala dos professores, recebi um comunicado da direção que estava havendo reuniões na delegacia de ensino – esse era o termo que se usava na época para as atuais diretorias de ensino – para discutir a proposta curricular de Geografia.

RS: Aquela que deu origem à proposta curricular para o ensino de geografia produzida pela CENP[2], o "vermelhinho"?

ACP: Foi aquela mesma! Precisavam de um representante da escola para participar das reuniões. A delegacia de ensino estava convocando de cada escola um representante para participar de reuniões para discutir a proposta. Eu não tinha nenhuma noção do que era uma proposta curricular. Na época tinha me envolvido com o PT de Campinas, com o movimento estudantil e sindical, mas não tinha muita noção do que era uma proposta curricular, porque não se discutia na universidade e nesses movimentos sobre isso. Enfim, fui para essa reunião. Cheguei na reunião e tinha um monte de gente. Entrei, sentei e comecei a observar as falas das pessoas. Havia uma senhora chamada Lígia Brandt[3], loirinha, baixinha, magrinha, falando, falando, falando, falando, falando… E eu fiquei entusiasmado com ela falando da proposta curricular! Eu comecei a me interessar pela discussão…

RS: Essa reunião foi em Campinas ou na sede da CENP, em São Paulo?

ACP: Foi em Campinas mesmo. A primeira que eu participei foi em Campinas. Lembro-me da senhorazinha dizendo que haveria várias oficinas e discussões sobre a nova proposta curricular. E fui até ela e falei que eu estava muito interessado na discussão, que tinha apenas 21 anos de idade e que queria saber o que era aquilo mais precisamente, enfim, do que se tratava. E ela me falou para procurá-la outro dia, e fui mesmo! A professora Lígia Brandt era uma espécie de orientadora pedagógica de geografia. Quando a reencontrei, começou a me explicar um monte de coisas, me deu alguns textos para ler e me convidou para

2 Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

3 Durante a elaboração da Proposta Curricular do Estado de São Paulo no fim dos anos 1980, Maria Ligia Prado de Almeida Brandt era a representante da 1ª DE de Campinas; Silvia Regina Mascarin, da 2ª DE e Ivan Ferreira da 3ª DE, junto com Maria Ligia Oliveira Fessel Bertani representando a DRE de Campinas. Esta informação consta no próprio documento, à página 9.

participar de um grupo de estudos que foi me aproximando da temática. Comecei a ler os textos, tanto da Educação quanto da Geografia, ou textos que faziam a intersecção entre ambos, como os de autoria do Ariovaldo Umbelino de Oliveira, do [José William] Vesentini e da [Nidia Nacib] Pontuschka! Na época, basicamente, eram esses os que escreviam e falavam o ensino de geografia, embora alguns deles não necessariamente fossem pesquisadores de ensino. Na verdade, não tinha ainda a área de ensino de geografia consolidada como temos hoje. Assim passei a conhecer essa proposta curricular. Em Campinas havia duas delegacias de ensino, e em 1986 houve um desmembramento de uma delas para a criação de uma terceira delegacia, a qual a minha escola passou a fazer parte. Fui também à reunião da proposta curricular do grupo desta terceira delegacia. Cheguei lá e me deparo, agora, com a professora Silvia Regina Mascarin, que também era a orientadora pedagógica dessa delegacia e estava lá, "enlouquecida", falando da geografia, da geografia crítica, do marxismo, e não sei mais o quê... E eu comecei também a me relacionar com ela. E nesse mesmo ano [1986] quando ainda era estudante de Geografia da PUC-Campinas, ocorreu em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, o 6º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Como eu era do Centro Acadêmico de Geografia, nos organizamos e formamos um grupo de cinco estudantes e fomos para o ENG. Em Campo Grande e passei a ter contato direto com as discussões da geografia que se produzia na academia, que na época eram muito efervescentes. Tinham os embates entre a geografia crítica com outras geografias e fiquei muito interessado nisso! Lá também estavam as professoras Silvia Regina Mascarin e a Lígia Brandt, e aproveitamos para nos reunir, formando o grupo de Campinas. Embora novinho, juntei-me a elas e discutimos a importância de criarmos em Campinas uma seção da AGB. Naquele momento, havia uma abertura e uma preocupação muito grande dentro da AGB em se aproximar da escola e dos professores da escola básica. Se pegarmos o histórico da AGB identificaremos que ela foi num determinado período de tempo uma entidade exclusivamente acadêmica, mas a



partir do congresso de 1978, em Fortaleza, em que houve uma ruptura com esse academicismo, ela passou a se aproximar e a se preocupar mais com o ensino, em especial da escola básica. Bem, voltamos a Campinas e começamos a articular a Comissão Pró AGB-Campinas, no ano de 1986.

RS: E essa Comissão Pró AGB-Campinas, estava ligada a qual AGB, São Paulo ou Rio Claro?

ACP: Ela não tinha ligação exatamente com nenhuma dessas duas seções locais, embora a gente tivesse antes da sua existência uma proximidade muito grande com a AGB-São Paulo. Não posso dizer que houve um apoio da seção São Paulo porque a AGB se organiza por seções locais que se juntam para formar a AGB-Nacional, sendo possível criar núcleos vinculados às seções locais, porém preferimos, na época, articular diretamente com a diretoria nacional da AGB, que também tinha interesse que criássemos essa seção em Campinas. Eu estou falando isso pelo tempo em que eu participei dela, mas não sei como ela está hoje! Então, a nossa relação se deu mesmo com a AGB Nacional.

RS: Bom, então você está nos falando que a origem da AGB-Campinas está diretamente ligada à sua filiação com professores que estavam envolvidos e atuando no movimento da educação básica, da educação pública, é isso?

ACP: Exatamente! A AGB-Campinas surgiu a partir desse movimento relacionado às discussões em torno da proposta curricular da CENP, ou da "vermelhinha"[4], como também ficou conhecida e que foi extremamente polêmica. Basicamente as pessoas envolvidas eram professores de Geografia da educação básica. Em Campinas tiveram muita importância nesse debate e na criação da AGB as professoras Silvia Regina Mascarin e Lígia Brandt, que atuavam nas delegacias de ensino como supervisoras ou orientadoras educacionais de geografia – não me recordo muito bem qual era o termo que usava na época. Além delas, tinham outros professores também envolvidos, mas não me recordo os seus nomes, porque já faz um bom tempo! Eu passei a participar desse debate e com elas criamos a Comissão Pró AGB-Campinas. Naquele tempo, com as professoras Silvia e Ligia, também participavam estudantes da PUC e recém-formados em Geografia para fundar a seção Pró-AGB-Campinas, entre eles lembro de Maria Ângela Ruiz Paccola, Almerinda Barbosa Fadini, Antonio Cezar Leal, Carlos Alberto Padovani (em

4 SÃO PAULO (Estado). Proposta Curricular para o Ensino de Geografia de Primeiro Grau do Estado de São Paulo. Secretaria de Educação / Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: São Paulo, 1988.

memória), Ana Maria Vieira Cardoso, Maria Sandra de Campos, Oswaldo Bertolini, Paulo de Tarso Leite do Canto, Reynaldo Romagnoli, Heronilda de Alcântara, José Carlos do Nascimento, entre outros. Perdoem-me se esqueci de algum nome.

RS: E no campo dos debates educacionais, em Campinas especificamente, qual foi a importância da AGB daquele momento? Como ela atuava nesse campo?

ACP: Em 1986, ao retornarmos do 6º Encontro Nacional de Geógrafos de Campo Grande começamos a articular a criação da Pró-AGB, processo esse que se estendeu até 1987. No final desse ano, concluí o curso de Geografia. A discussão toda estava muito articulada à questão da proposta curricular e do movimento da geografia crítica. As nossas discussões giravam entorno disso. Em 1987, um número considerável de professores da rede do ensino básico de Campinas e também de estudantes de geografia se organizaram e foram para o primeiro Encontro Nacional de Ensino de Geografia, o Fala Professor, que foi realizado em Brasília. E além de todas as bandeiras que havia na época, a gente queria o fim dos Estudos Sociais (do Curso e da disciplina). Embora eu tenha cursado Estudos Sociais, eu passei a ser contra enquanto disciplina escolar, até porque eu já estava finalizando o curso de Geografia. Nós – os participantes do encontro – fizemos toda uma mobilização no evento, inclusive com passeata em Brasília! Voltamos para Campinas e ficamos pensando: "nós já podemos criar a seção da AGB". No entanto, havia uma série de regras para formalizar essa seção. Em 1989, finalmente nós conseguimos fundar a Seção Local da AGB-Campinas[5] e deixamos de ser a Comissão Pró-AGB. Contávamos com o apoio desse grupo de professores da educação básica, de vários ex-alunos da PUC que já tinham sido formados e outros estudantes da PUC. Com a criação da seção local, trouxemos mais estudantes de geografia e também mais os professores da escola básica para a AGB. A seção local foi fundada oficialmente em 1989 e em 1990 deu-se a primeira eleição, fui seu primeiro diretor.

RS: Naquele momento de criação da Pró-AGB e na sua transformação para seção local, uma das pautas mais importantes ou o principal embate que vocês fizeram no campo das políticas relacionadas à educação e, sobretudo, ao que diz respeito à geografia, foi a luta pelo fim dos Estudos Sociais, enquanto componente curricular?

ACP: Não só! O que motivou a criação da AGB-Campinas foi realmente a melhoria do ensino, inicialmente da escola básica, mas depois a gente também

5 A AGB-Campinas foi fundada em assembleia realizada em 17 de junho de 1989.

começou a questionar o próprio ensino superior. No caso de Campinas, naquele momento, o ensino superior de geografia se dava apenas na PUC. Sobre a educação básica, a proposta curricular do estado de São Paulo aproximava muito os interesses dos participantes da AGB-Campinas, até porque ela tinha uma tendência muito explícita dentro dela, que era a geografia crítica ou de cunho marxista. Na época, o governo subsidiava todas essas discussões. Além das que ocorriam em Campinas, havia também as discussões em São Paulo. Por volta de 1989, deixei de ser apenas representante da minha escola e passei a representar a própria delegacia de ensino, com as professoras Sílvia Regina Mascarin e Lígia Brandt, nas reuniões em São Paulo. Depois que voltamos do 7º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 1988 na cidade de Maceió, e da oficialização da AGB-Campinas, em 1989, nossas preocupações, evidentemente, se ampliaram, não ficando restritas apenas às questões educacionais. O ensino foi a motivação maior para a criação da seção local, mas passamos a nos preocupar também com outras questões para além da escola, envolvendo outras dimensões da sociedade. Das discussões que estavam em pauta na época, que inclusive eram muito presentes na pauta da AGB Nacional, passamos também a nos preocupar e debater as questões urbanas, agrárias, ambientais e a questão profissional, ou seja, a atuação profissional do geógrafo. Nós criamos comissões internas na AGB, como a de ensino, que era bastante forte, a comissão de assuntos agrários, assuntos urbanos, meio ambiente, assuntos profissionais e, por algum momento, houve a comissão de assuntos estudantis, que era uma comissão para olhar para os estudantes de ensino de geografia, naquele momento, da PUC. Mas a discussão que mais prevalecia ali era sobre ensino, mesmo quando se falava de outros temas, o ensino tinha uma centralidade dentro deles e da AGB-Campinas.

RS: Parece-me que o ensino de geografia e a educação tiveram uma importância muito grande na formação e na constituição da AGB-Campinas. Recordo que organizamos juntos o primeiro e o segundo Encontro Regional de Ensino de Geografia em 2000 e 2001. Fale um pouco sobre esses encontros, quais eram os objetivos dele e quais foram a importância deles naquele contexto de final dos anos 90.

ACP: Antes desses encontros, nós promovíamos várias atividades para os professores, como oficinas com temas variados, minicursos, palestras com pessoas que eram muito recíprocas aos convites da AGB-Campinas, como a Sônia Castellar, [José William] Vesentini, Arlete Moysés [Rodrigues], enfim... Depois disso, começamos a fazer pequenos encontros temáticos para discutir questões da metrópole de Campinas, ou questões ambientais, enfim, questões locais e globais.

Em 1992, realizamos um encontro chamado de I Encontro de Geografia de Campinas, e no ano seguinte, em 1993, assumimos um enorme desafio que foi sediar em Campinas o I Encontro Paulista de Ensino de Geografia, promovido pelas seções locais de Campinas, Presidente Prudente e São Paulo. Foi, talvez, a primeira e última edição do evento. Lembro que foi um desafio realizá-lo em virtude de seu tamanho, pois ele tinha mais de 500 pessoas participando e para quem promovia eventos para 20, 30 ou 40 pessoas… Era realmente um evento imenso! Os convidados eram professores das universidades basicamente públicas do estado de São Paulo, das Unesp e da USP. Também havia muitos estudantes e professores da escola básica. Mesmo não havendo o curso de Geografia na Unicamp, ele foi realizado lá. Inclusive foi realizado no Instituto onde ficam os cursos de Ciências Sociais, História…

RS: No IFCH[6].

ACP: Isso, IFCH. Porque na época, inclusive, as professoras Regina Bega, Arlete Moysés e Tereza Paes, que são geógrafas, eram professoras deste instituto… Havia toda uma discussão na época para criar o curso de geografia na Unicamp, mas não se sabia onde. E nós da AGB assumimos o evento, com o apoio da Unicamp, por meio dessas professoras. Um dos objetivos do evento ser realizado na Unicamp era provocá-la para abrir o curso de Geografia. Enfim, depois desse evento decidimos assumir que iríamos criar os nossos encontros regionais de geografia. Só que agora me lembro mais em que ano foi o primeiro.

RS: Foi em 2000.

ACP: Então, depois do I Encontro Paulista de Ensino de Geografia, resolvemos que tínhamos condições de fazer um encontro nosso. Deve ter se passado alguns anos para que realizássemos o encontro regional. Mas antes dele, realizamos quatro Fóruns Regionais de Ensino de Geografia, e lembro que um deles foi realizado na cidade de Americana. Finalmente realizamos o 1º Encontro Regional de Ensino de Geografia. Foi o que você já participou?

RS: Sim, foi!

ACP: Nós fizemos a abertura naquele auditório grandão, lá no Centro de Convenções. Lembro-me que nós dois fazíamos tudo no evento: de enfeitar a mesa, pregar as faixas, preparar o café, presidir mesas e limpar os banheiros! Fizemos

6 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

tudo e realmente ele teve muito sucesso! Eu penso que nessa época o curso de Geografia da Unicamp estava começando. Foi isso?

(...) o objetivo da AGB-Campinas com o curso de Geografia da Unicamp era formar professores

RS: Sim. Ele foi autorizado em 1997 e a primeira turma entrou em 1998. Já estava no terceiro ano de funcionamento.

ACP: Certo! Nós tivemos apoio da Unicamp. Inclusive tinham nas mesas de discussões professores da Unicamp, mas ele foi um evento patrocinado, ou melhor, organizado pela AGB.

RS: Você está falando da AGB e da Unicamp. Na sua opinião, a AGB, enquanto uma associação ou uma comunidade epistêmica muito bem demarcada e delimitada teve alguma importância nos debates entorno da criação do curso de Geografia da Unicamp?

ACP: No meu ponto de vista, sim! Em 1992, nós da AGB-Campinas fizemos um estudo na Região Metropolitana de Campinas para subsidiar a criação do curso de geografia na Unicamp. Lembro que nós nos juntamos com os professores da Unicamp que eram interessados na criação do curso de Geografia e decidimos que íamos apoiá-los e que era uma meta nossa que houvesse esse curso na universidade. Realizamos nessa época um estudo com dados obtidos nas delegacias de ensino de Campinas e da região metropolitana, em que observamos que a grande parte dos professores que dava aula de Geografia na rede pública da região de Campinas não tinha formação específica, mas tinha outras licenciaturas ou cursos superiores! A PUC de Campinas não era capaz de sozinha formar professores para atender a demanda dessa grande região metropolitana, que é maior que muitos estados brasileiros em termos



populacionais e econômicos[7]. Então, acreditávamos que a Unicamp, enquanto uma universidade pública, teria condições, o compromisso e a obrigação de formar professores de geografia! O nosso objetivo estava muito focalizado nisso! Evidente que, depois de sua criação também passou a profissionais bacharéis. Mas o objetivo da AGB-Campinas com o curso de Geografia da Unicamp era formar professores! Na época, a AGB-Campinas, chegou a solicitar duas audiências com o reitor da Unicamp, sendo que em uma delas fomos recebidos por ele e, em outra, pelo pró-reitor de graduação. Levamos esses dados que tínhamos levantado nas delegacias de ensino e uma documentação para solicitar a abertura do curso de Geografia. Isso ocorreu nos anos de 1993 e 1994. É verdade que dentro da universidade já estavam ocorrendo discussões para a criação do curso de Geografia. Então, nosso objetivo era fortalecer e apoiar essa discussão. Não sei quem ao certo começou esse debate lá dentro, mas, de qualquer forma, a gente sabia que ele existia e a AGB resolveu apoiar! Também não sei qual foi a nossa importância nesse processo; não sei medir isso, aliás, se é que é possível medir isso! Mas eu posso afirmar que nós da AGB participamos desse movimento. Embora nenhum de nós professores e participantes da AGB-Campinas tivéssemos realizado nossos cursos de graduação na Unicamp, nós a frequentávamos muito, participando de seus eventos e nos matriculando em disciplinas como alunos especiais nos cursos de graduação ou de pós-graduação. A gente queria muito ir para a Unicamp, todos nós! Até porque, nesse meio tempo, na década de 1990, foi quando a Unicamp abriu os cursos noturnos. Depois disso, alguns de nós realizamos os mestrados e doutorados na Unicamp. Mas sempre apoiamos muito o curso de Geografia de lá!

RS: É, criou um fluxo de sentidos, acredito eu...

ACP: Creio que começou com a Comissão Pró-AGB e teve como marco o 1o Encontro Paulista de Ensino de Geografia, em 1993, tanto que nós também apresentamos os resultados da pesquisa que falei acima no evento.

RS: Bom, mudando um pouco de assunto, eu vou me voltar agora para suas pesquisas, para sua carreira, para os caminhos que você seguiu... A sua dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a produção e uso de maquetes dinâmicas, e naquela época você era professor da educação básica. Em que medida essa pesquisa que você realizou influenciou na sua

7 N. do E.: O município de Campinas tem cerca de 1 milhão de habitantes, mais do que a população do Acre, do Amapá e de Roraima. Já a população da Região Metropolitana de Campinas, cerca de 3 milhões de pessoas, é comparável à população do Piauí e é maior do que a população do Distrito Federal, do Mato Grosso do Sul, de Sergipe, de Rondônia e de Tocantins, além das unidades federativas já mencionadas.

identidade docente, naquele momento? E aproveito para fazer uma outra pergunta: Como você observa esse movimento de formação do professor-pesquisador que hoje tem crescido muito nas universidades?

ACP: Quando eu estava no mestrado já era professor da PUC, lecionando no período noturno; enquanto que no diurno eu era professor do CEFAM[8], que era, pelo menos durante o período em que eu fui professor, uma escola tida como modelo na formação de professores dos anos iniciais... Eu aprendi muita coisa lá! E a maquete surgiu da experiência de aula de uma disciplina que ministrava chamada Conteúdo e Metodologia de Estudos Sociais. Como já disse, já era professor da PUC, mas ela não me subsidiava para diversificar minha prática docente, e eu não conseguia tirar nada de lá como experiência para fazer uma pesquisa! É muito estranho falar isso, não é? Mas não tinha nada! Então, foi na minha prática docente desenvolvida no CEFAM que resultou na ideia de fazer um mestrado e também a ideia do objeto de estudo: a maquete dinâmica. Confesso que na época tentei realizar o mestrado na Unicamp, pois o CEFAM era muito bem visto pelas universidades públicas de São Paulo. Os professores da Unicamp tinham uma visão bem positiva sobre este curso e por isso eu pensei: "Ah, por que não me arriscar? Eu vou tentar um mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp". Mas não deu certo, e com o mesmo projeto entrei no Mestrado em Educação da PUC e fiz toda uma análise e reflexão sobre a maquete dinâmica, enquanto um recurso didático. Evidente que a base teórica do meu trabalho foi a Geografia Crítica, porque eu estava totalmente inserido nesse debate na época. Mas a parte empírica da pesquisa também foi muito interessante, pois até hoje muitas pessoas querem saber como que é essa metodologia de maquete dinâmica... Não aplico mais oficinas sobre isso. Então, o meu mestrado foi produto do meu trabalho como docente no CEFAM porque eu pensei, na época: "eu vou fazer uma reflexão sobre a minha experiência, minha prática".

RS: E isso contribuiu para a sua identidade docente? Esse momento de reflexão, essa formação continuada que você fez no mestrado atuando na educação básica e também no ensino superior foi importante?

ACP: Foi muito importante porque tive a possibilidade e a felicidade de ter encontrado uma pessoa incrível, que foi minha orientadora, a Professora Olinda Noronha, que me apoiou muito. Eu pude me aprofundar nas discussões teóricas da

8 Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, criado no estado de São Paulo em 1988, pelo Decreto Estadual n. 28.089, de 13 de janeiro de 1988, e extinto em 2005. Esse curso tinha um projeto diferenciado de formação de professores para atuação nos anos iniciais, pois era de período integral, os alunos recebiam uma bolsa no valor de um salário mínimo e uma de suas principais marcas era sua forte vinculação aos fundamentos construtivistas de educação.

Educação e também na própria Geografia; pensar melhor a Geografia. Tanto que eu passei a compreender melhor o que era aquela "Geografia Crítica", quais as suas potencialidades e limites. Comecei também a perceber, por exemplo, eu era um pouco ingênuo com relação à Geografia Crítica, e que dentro dela havia um pouco de idealismo como querer resolver os problemas da sociedade e acreditar que por meio da Geografia nós iríamos fazer a revolução. Sobre a minha proposta de maquete dinâmica, outros professores que também a utilizaram, a partir de oficinas que ministrei em delegacias de ensino e em eventos, me possibilitaram perceber que cada um tinha um entendimento diferente e uma forma distinta de aplicá-la. Então, comecei a ver que tudo tem um limite, que cada um recebe de um jeito aquilo que estava escrito, e também de como aplicá-la. Foi nesse movimento que comecei a ter mais certeza que realmente não é possível prescrever metodologias para ser aplicadas sem adaptações em contextos diferentes; e que o que é mais importante, de fato, é a autonomia que as pessoas têm que ter para fazer as coisas e que não existem fórmulas, receitas prontas etc.

RS: No doutorado você faz uma inversão temática, abandonando essa questão mais metodológica, talvez pela própria reflexão que você fez em torno das suas possibilidades e também das limitações da proposta de recurso didático, para fazer uma investigação do estado da arte das pesquisas sobre o ensino de Geografia. Como você chegou a esse tema?

ACP: As coisas da minha vida são sempre acidentais, como já falei. Eu entrei na Geografia acidentalmente, eu virei professor acidentalmente, o mestrado também foi meio assim. Então, mais ou menos no doutorado foi assim, também. Na verdade, quando eu terminei o meu mestrado, fiquei um tempo parado, algo em torno de uns dois anos, para pensar o que pesquisar. Na época que terminei o mestrado era professor da PUC e não interessava para ela ter mais professores doutores, pois já tinha a quantidade suficiente para se cadastrar no MEC. Logo, um doutor a mais no seu quadro representaria custos. Então, não havia nenhum estímulo para seus professores se doutorarem, muito pelo contrário, era melhor que não o fizessem. Durante um tempo, fui fazer disciplinas como aluno especial do IFCH e pensei na possibilidade de fazer um doutorado fora da área de ensino de geografia. Eu me perguntava: "porque eu vou continuar nisso (ensino)?" Fiz algumas disciplinas lá por quase dois anos, mas não entrei lá também. Acho que o ensino já tinha me capturado. Foi quando elaborei um projeto e me candidatei ao Programa de Pós-Graduação de Educação Aplicada às Geociências do Instituto de Geociências da Unicamp[9]. O Professor Archimedes Perez Filho leu meu projeto, se

9 A Área de Concentração em Educação Aplicada às Geociências estava vinculada ao Programa de

interessou e após uma entrevista eu finalmente fui aprovado para ser aluno da Unicamp. Só que o meu projeto inicial era uma proposta relacionada a interdisciplinaridade. Mas, na medida em que comecei o curso, percebi que o projeto era meio complicado de ser executado. Na disciplina Seminários de Doutorado teria que apresentar meu projeto, mas como já tinha desistido daquele projeto inicial de entrada no programa, passei pensar em outras temáticas para pesquisar, sobretudo a partir de levantamento de dissertações e teses. Eu vi que na própria Faculdade de Educação da Unicamp havia alguns trabalhos em que o objeto de estudo era a própria pesquisa. Eu passei a ler esses trabalhos e me interessei pelo tema. Conversei com o professor Archimedes e reformulei o meu projeto para trabalhar com as pesquisas sobre o ensino de Geografia no Brasil, pois na época era possível fazer isso. Primeiro porque o banco de dissertações de teses da CAPES nos fornecia material a partir de 1996; segundo, porque antes disso a produção acadêmica sobre ensino de Geografia era pouca e a maior parte dela estava concentrada no centro-sul, o que era possível de ser recolhida com visitas presenciais às bibliotecas. Evidente que hoje é mais difícil ir de biblioteca em biblioteca porque houve um aumento muito grande de programas de pós-graduação em geografia no Brasil. Mas na época as pesquisas sobre ensino de geografia estavam muito concentradas na USP, nas Unesp e UFMG. No caso da UFRJ, não tinha quase nada produzido sobre ensino de geografia. Então, eu fui até essas bibliotecas e copiei o que encontrei e o que me interessava. Eu não lembro mais a pergunta, mas eu diria que o que me motivou a inciar essa pesquisa de doutorado também que foi outro acaso.

Em geral, é um risco ficar no plano da discussão da teoria da educação e estabelecer pouca relação com a Geografia. Penso que essa articulação é um grande desafio a ser enfrentado

RS: Hoje você não trabalha mais com essa temática em suas pesquisas. Mesmo que você não tenha dado continuidade na atualização de seu banco de teses, o seu trabalho de doutorado e o livro gerado a partir dele[10] teve uma importância muito grande para a comunidade epistêmica, sobretudo para os pesquisadores da área do ensino de Geografia, porque foi o primeiro trabalho que conseguiu ser realizado nessa perspectiva e nessa dimensão

Pós-Graduação em Geociências e daria origem ao atual Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra do Instituto de Geociências da Unicamp.

10 PINHEIRO, Antonio Carlos. *O Ensino de Geografia no Brasil - Catálogo de Dissertações e Teses (1967-2003)*. Goiânia: Vieira, 2005. ISBN: 978-8589779166.

de um estado da arte das pesquisas em nível de pós-graduação sobre o Ensino de Geografia. Acredito que um pesquisador que tenha realizado uma pesquisa desta dimensão, provavelmente, continua um pouco vigilante com o que se pesquisa ainda na área, com o que se está trabalhando e pesquisando. Nesse sentido, como é que você avalia as pesquisas no Ensino de Geografia realizadas na atualidade? Qual seria a principal diferença que marca as pesquisas de Ensino de Geografia na atualidade, a partir da década de 2010, com aquelas pesquisas que foram realizadas nos anos 1980, 1990 e até o começo dos anos 2000?



ACP: Partindo da própria pesquisa que fiz, que chamei de tendências da pesquisa, constatei que primeiramente as pesquisas refletem as discussões do momento em que são realizadas; aquilo que está sendo discutido na área em um determinando contexto. Existem algumas delas que eu diria que são um pouco mais de vanguarda, elas preveem algumas coisas novas, partem de algumas teorias que não são muito usuais naquele momento. Depois que eu terminei o meu trabalho, eu até cheguei a considerar algumas coisas pontuais, mas estava cada vez mais difícil de fazer um trabalho mais global porque o crescimento da pesquisa sobre o ensino de geografia teve um *boom* muito grande. O que eu percebo hoje é que em alguns aspectos ainda refletem um pouco do que era feito antes e algumas coisas não mudaram significativamente. Como se tratam de pesquisas que lidam com o ensino, às vezes elas têm uma preocupação muito acentuada em discutir o ensino ou a educação ou as teorias da educação como questão central do trabalho e acabam deixando questões específicas da Geografia em segundo plano. Eu diria que algumas dessas pesquisas seriam muito melhor desenvolvidas se fossem realizadas em faculdades de educação, uma vez que lá teriam um apoio melhor, inclusive das discussões e fundamentações teóricas da educação. Por outro lado, isso também pode se tornar

um problema, porque penso que não resolvemos ainda, do ponto de vista da academia, o preconceito que existe com a formação do professor, com o ensino da Geografia, em especial com o ensino da escola básica. Muitas pesquisas constatam os problemas, mas muitas vezes não atacam as questões mais próprias da realidade da escola, limitando-se a apresentar apenas proposições. Quando fiz a minha pesquisa, como não tinha muitas linhas de ensino na grande parte dos programas de pós-graduação em Geografia, quase metade das pesquisas de mestrado e doutorado era realizada em faculdades de educação ou em programas de educação. Por isso, também observei que faltava Geografia em muitos desses trabalhos. Eu vejo que a Geografia ainda esta pouco presente nos trabalhos. Todavia, acredito que com o surgimento de linhas de pesquisas nos programas de geografia isso tende a mudar. Exemplo é o campo chamado de Cartografia Escolar, que teve um grande avanço nestes últimos anos; cresceu tanto que se constituiu num grupo próprio dentro do ensino da Geografia, um grupo independente e que têm conseguido promover eventos específicos para discussões pertinentes à área. Mas, em geral, é um risco ficar no plano da discussão da teoria da educação e estabelecer pouca relação com a Geografia, penso que essa articulação é um grande desafio a ser enfrentado.

Um dos problemas é que grande parte dos professores da escola básica não entenderam os PCNs na sua essência, bem como uma parte dos professores do ensino superior não compreenderam a lógica das Diretrizes Curriculares para Formação de Professores e muito menos os PCNs

RS: Recentemente, o Conselho Nacional de Educação publicou uma nova Resolução referente à formação inicial e continuada de professores. Como você avalia essas políticas curriculares nacionais para formação de professores? Quais seus impactos no campo da prática e seus possíveis avanços? Para finalizar, como você avalia esses novos discursos conservadores se transformando em normatizações educacionais e qual o impacto disso, na sua perspectiva, na educação e na formação de professores?

ACP: Por mais eu que não seja, vamos dizer assim, partidário de alguns dos discursos presentes nas políticas educacionais desde os Parâmetros Curriculares Nacionais e, depois, com as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior, penso

que um dos problemas é que grande parte dos professores da escola básica não entenderam os Parâmetros Curriculares Nacionais na sua essência, bem como uma parte dos professores do ensino superior não compreenderam a lógica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e muito menos os Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso para mim é um problema muito sério, pois se os professores, em especial os do ensino superior, não entenderem o que está por trás dessas políticas, como terão condições de fazer uma contraproposta para um novo modelo de formação do professor de Geografia? Eu tenho a hipótese de que os professores de Geografia do ensino superior não entenderam e sequer leram as diretrizes e os parâmetros curriculares, o que torna um complicador, pois se eu não entendo a lógica desses documentos, como eu posso questionar? Eu falo isso por minha experiência atual e também passadas. Eu me lembro, por exemplo, quando eu estava na PUC e nós começamos a reformular o curso de Geografia de lá, poucos professores tinham lido as diretrizes. Quando eu fui para Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, cheguei em pleno processo de reformulação do curso com base nas diretrizes de 2002. No entanto, só estavam a par das discussões sobre a formação de professores aqueles professores da área de ensino de geografia, e a grande maioria não entendia absolutamente nada. Para a grande maioria estava bom do jeito que estava, ou seja, aquele modelo "3 + 1". O pensamento reinante era: "Se está bom, por que mexer?" A cultura era que inicialmente formavam o bacharel e depois mandavam os alunos para a faculdade de educação para cursarem meia dúzia de disciplinas e pronto, formavam-se em licenciatura em geografia. Quando se tratava de formação de professores, sempre diziam "isso não é compromisso nosso!" Isso eu percebo hoje, aqui na Universidade Federal da Paraíba, onde eu estou atuando. Não houve e não há compreensão das demandas da licenciatura e dos documentos curriculares. Agora acabou de ser publicada uma nova resolução que muda de novo a estruturação dos cursos de licenciaturas. Nesse documento, por exemplo, raramente aparece a palavra professor. Tem uma coisa ali, que eles batem o tempo todo que é a profissionalização. Outra coisa que observei no documento é que praticamente se apagou as competências e habilidades, que eram um dos pilares das diretrizes curriculares de 2002. Por outro lado, essa resolução atual avança em alguns aspectos porque ela ampliam o tempo de formação na licenciatura. Mas por que os seus autores resolveram ampliar o tempo de formação de professores? Essa é a questão. Eles estão propondo, no meu entendimento, que os cursos criem disciplinas que façam uma intersecção maior entre o pedagógico e o específico. Por quê? Porque os próprios pesquisadores que fizeram o estudo que resultou nessa resolução, tem a compreensão que a diretriz de 2002 foi uma reprodução do modelo anterior. Na prática as diretrizes de 2002

reproduziu o modelo 3 + 1 por não ter sido compreendida, a exemplo das práticas pedagógicas como componentes curriculares que não foram compreendidas naquele documento. Ninguém sabia o que era isso. Prática, para muitos professores do curso de Geografia, é o sujeito estar em laboratório mexendo com geoprocessamento. Algumas universidades criaram seus laboratórios de ensino, mas não têm recursos e não sabem o que fazer com eles. O que nós fazemos dentro desse laboratório? Enfim, o problema é que os professores não entenderam as diretrizes de 2002. Se não entenderam, também não têm condições de criticar e questionar. A maioria deles simplesmente não quer conversar sobre isso. Também, as faculdades de educação ou os profissionais relacionados à educação, à pedagogia, também não conseguem entender as especificidades das áreas, e continuam batendo nesse modelo de mandar aquele pacotinho pronto de disciplinas para dentro dos cursos de licenciatura, que também não funciona mais. E aí, vem essa nova resolução e tenta fazer o quê? Ela mantém a mesma estrutura dizendo aos cursos: "Vocês dão um 'bachareladão' primeiro, e depois disso continua com o 'bloquinho' de pedagógicas!". Mas também tenta criar mais um tanto de horas que em nosso curso teremos que aumentar em quase seis meses para os alunos se formarem. Por quê isso? Porque eles fizeram concessões e porque eles sabem também, no meu ponto de vista, que poucos conseguem entender, porque não leem o documento e também porque poucos professores dentro dos institutos assumem a formação do professor. Infelizmente, os professores de Geografia do ensino superior, não sentam para discutir um modelo de formação de professor que deseja. Há muito preconceito com o professor. Na universidade muitos não se assumem como professores. Muitas vezes fazem até propaganda contra a licenciatura e a profissão-professor. Isso desestimula os nossos alunos que entram na licenciatura para serem professores. Depomos contra, mas nos esquecemos que somos professores. Nós ganhamos nossos salários enquanto professores, embora, muitas vezes, nos recusemos discutir qualquer coisa de prático e pedagógico. Agora, eu também entendo que muito professores se recusam – é uma hipótese e eu ainda vou fazer uma pesquisa sobre isso – a pensar sobre a formação de professores porque os colegas das faculdades de educação também não facilitam as coisas, e também acham que são os donos da discussão pedagógica. E aí, quando nós, estou falando agora de nós, você, eu, fulano e etc. que lidamos com o ensino de Geografia, de Biologia, de Matemática etc., e que temos que ter essa leitura de ambas as coisas, ficamos em uma situação muito difícil porque temos dificuldade em dialogar com os colegas da educação, pois eles não nos ouvem, uma vez que eles acreditam que estão acima de nós no plano da teoria da educação. Por outro lado, quando temos que dialogar com os colegas da Geografia, também não querem nos ouvir, porque acham que nós

estamos ali dentro como objetos decorativos. O ensino dentro dos cursos de Geografia, para alguns colegas, também é considerado como objeto decorativo na grade curricular. Então, isso é um grande problema que tem que ser resolvido tanto nas faculdades de educação quanto nos departamentos de Geografia, caso contrário teremos dificuldades para formar um bom professor de Geografia. O que esses nossos colegas não percebem é que eles estão cada vez mais desprestigiando o professor e não contribuindo para o ensino da Geografia na escola básica. Por outro lado, eles também não estão demonstrando para a sociedade qual é a importância da Geografia, qual é a função social da Geografia enquanto área do conhecimento, não só para a escola básica, mas para a sociedade em geral. Há uma insistência em formar bacharel, porém, quando os nossos alunos terminam o bacharelado e não têm emprego porque sempre perdem espaços no mercado de trabalho para um engenheiro, etc., o que é que lhes resta? Serem professores de Geografia. Às vezes profissionais ruins, pois nunca tiveram a preocupação com a docência por conta dessa organização da universidade, por conta desse preconceito de ambos os lados que eu não acho que seja só da Geografia, e isso acaba dando margem para inventarem umas loucuras, como o curso de licenciatura em Ciências Humanas. Há que se lembrar que muitos alunos que vão para a pós-graduação numa área técnica da Geografia, também poderão atuar como professores universitários no futuro. Afinal, a pós-graduação forma mais professores do que técnicos. Então, nós não estamos cumprindo o nosso papel social por preconceito e por dificuldade de diálogo entre nós mesmos. Para finalizar, vejo com apreensão nosso momento atual, é realmente preocupante certas posições de políticos divulgadas pela grande mídia. Espero que os professores, intelectuais e todos em geral se levantem contra esse discurso retrógrado e conservador.

Temos dificuldade em dialogar com os colegas da educação, pois eles não nos ouvem (...). Por outro lado, quando temos que dialogar com os colegas da Geografia, também não querem nos ouvir

RS: Bem, Antonio Carlos, essa entrevista já está longa. Eu gostaria de agradecê-lo em nome da AGB e dizer da importância que foi essa entrevista porque vai redimensionar o papel do professor, o papel da Geografia escolar na AGB-Campinas. Parece que houve uma inversão de movimento em que ela tem se tornado quase que essencialmente acadêmica, tanto do seu corpo constitutivo quanto das suas ações. Então, esse número especial do ensino de Geografia, esses movimentos e encontros regionais que nós estamos realizando e que nós retomamos agora a partir da minha vinda

para Campinas, estão trazendo de novo, creio eu, mesmo que ainda de forma tímida as questões relacionadas à educação e ao ensino de Geografia então, gostaria de agradecê-lo. Obrigado!

ACP: Muito obrigado. Eu sei que tem muito mais coisas para falar aqui. São muitos anos, praticamente trinta anos já, e muitas coisas aí dariam um livro, mas eu acho que alguns aspectos foram ditos e espero que tenha contribuído e que possa ajudar. Sei que às vezes tenho posições polêmicas, mas acredito que tenho direito de manifestar minha posição, estou à disposição para contribuir. Fico grato pela atenção e lisonjeado pela entrevista. Sucesso para a AGB-Campinas!

Sobre o entrevistado

Antonio Carlos Pinheiro: graduado em Estudos Sociais (1983) pela Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista e em Geografia (1987) pela PUC-Campinas, Mestre em Educação (1997) pela mesma instituição e doutor em Geociências (2003) pela Unicamp. No ensino superior, foi docente da PUC-Campinas (1992-2003), da UFG (2004-2009), da Unifesp (2007-2012) e atualmente é professor associado da UFPB.

* * *

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Entrevista realizada em 16 de outubro de 2015.